

PMDB orienta relator a obedecer o programa

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, vão reunir hoje e amanhã os relatores das comissões temáticas na tentativa de uniformizar a preparação dos substitutivos de cada um com o que determina o programa partidário. Na prática, Ulysses e Covas desejam evitar que o resultado final das comissões apresentem os mesmos erros verificados em pelo menos três substituições do Constituinte, onde foram aprovados pareceres muito aquém do que defende a maioria dos peemedebistas.

O trabalho de reunir os relatores foi iniciado pelo líder Mário Covas, na terça-feira passada, num encontro com os senadores José Paulo Bisol e José Richa. O próprio Covas vem defendendo nos últimos dias uma aproximação entre progressistas e moderados de PMDB, visando uma atuação comum do partido levando em conta o seu programa. Dentro desta perspectiva, Covas manteve, nesta semana, um encontro com o líder do governo na Câmara, Carlos Santana, um dos articuladores do grupo "Centro Democrático", da ala conservadora. Neste encontro, os dois líderes evitaram tratar da questão do mandato do presidente Sarney, o ponto que mais contribuiu para a desagregação entre os peemedebistas, na Constituinte.

Prazo

Termina amanhã, à meia-noite, o prazo de entrega dos substitutivos das oito comissões temáticas da Constituinte para publicação e recebimento de emendas. Os relatores aceitaram a interpretação liberalizante do Regimento Interno e vão acolher emendas aos seus substitutivos nos dias 8 e 9 — segunda e terça-feira.



Covas quer uniformizar substitutivos

O Regimento Interno da Constituinte estabelece que somente serão aceitas emendas aos substitutivos das comissões temáticas quando o seu texto apresentar alguma inovação ao anteprojeto das subcomissões. Atendendo a apelos dos constituintes, o presidente Ulysses Guimarães decidiu acabar com essa restrição e permitir a apresentação de emendas aos substitutivos. O presidente da Comissão de Organização Eleitoral, senador Jarbas Passarinho, já avisou, contudo, que pretende cumprir à risca o regimento, o que deverá provocar polêmica na votação do seu substitutivo.

Após a apresentação de emendas, os relatores terão dois dias — 10 e 11 — para apresentar seu parecer. No dia 12, as comissões iniciam, finalmente, a votação das suas propostas, que deverão ser encaminhadas à Comissão de Sistematização no dia 15 próximo.

Sistematização ouvirá explicações de Bresser

A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte decidiu ontem, com apenas cinco votos contrários, convidar o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, para uma exposição que aponte subsídios para uma solução constitucional relativa ao sistema financeiro e tributário e, especialmente, para ser interpelado sobre os problemas conjunturais do país, em particular os relativos à seca do Nordeste, à crise das microempresas e aos problemas econômicos nacionais.

A proposta, formulada durante a reunião da Comissão, pelo constituinte Raimundo Bezerra, recebeu o apoio de outros constituintes, embora alguns,

como o deputado Ademir Andrade, tivessem alegado a conveniência de o Ministro ser convocado para falar ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Depois de ouvir as colocações de diversos constituintes, o relator da comissão, deputado Bernardo Cabral, considerou oportuno o momento, apoiando um convite a Bresser Pereira. Notou, porém, que deveria a iniciativa do convite partir de um telefonema do presidente da comissão. E só em caso de recusa seria formalizado requerimento de convocação do Ministro, já aí para comparecer ao plenário da Constituinte.

Gaúchos abrem campanha de propostas à Constituinte

Porto Alegre — Com um ato público promovido pelas entidades organizadoras, será inaugurado hoje à tarde o primeiro posto de coleta de assinaturas da "Campanha Nacional de Iniciativa Popular Constituinte", na chamada "esquina democrática", formada pela Avenida Borges de Medeiros e rua dos Andradas, o ponto mais movimentado de Porto Alegre. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da assembléia legislativa gaúcha, deputado Mário Madureira (PMDB), um dos líderes da campanha, explica que "o objetivo é conseguir mais de 500 mil assinaturas de apoio "as cinco propostas populares unitárias já definidas depois de amplas discussões junto aos diversos segmentos da sociedade, em todo o país, e que serão enviadas à Assembléia Nacional Constituinte".

Educação/Cultura

Comissão debateu com ACM concessões e informática

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, esteve ontem por quase quatro horas debatendo com os constituintes da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. O Ministro manifestou sua preocupação pelo fato da questão da reserva de mercado haver sido incluída no texto do anteprojeto constitucional referente à Subcomissão da Ciência e Tecnologia.

O Ministro Magalhães enfatizou que tal questão não pode ser tratada como matéria constitucional, mas sim como lei ordinária, pelo seu caráter transitório, para limitar a livre concorrência no mercado. Sob debates acalorados, Antônio Carlos Magalhães respondeu a algumas indagações dos constituintes presentes. O relator da Comissão, deputado Artur da Távola, solicitou ao Ministro a suspensão das concessões de rádio e televisão, até que a Constituição se posicionasse sobre o assunto.

Antônio Carlos, entretanto, respondeu que as suspensões de concessões não

estão previstas na atual Constituição, e caso tome tal medida, "estaria desrespeitando a Constituição vigente". As concessões, prosseguiu o Ministro, têm sido bastante criteriosas, tanto que no ano passado foram pleiteadas 237 concessões, porém, só foram concedidas 155.

A questão suscitou polêmica, sobretudo pela criação do Conselho Nacional de Comunicação, proposta do anteprojeto da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, que ficaria responsável pelas concessões que hoje são da alçada do Ministro das Comunicações e Presidente da República. Antônio Carlos Magalhães discorda de que setores da sociedade, que não apenas o Executivo, tenha poder de estabelecer critérios para as concessões.

Agenda — Os integrantes da Comissão vão hoje ao Rio de Janeiro, para visitas à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à empresa Cobra Computadores.

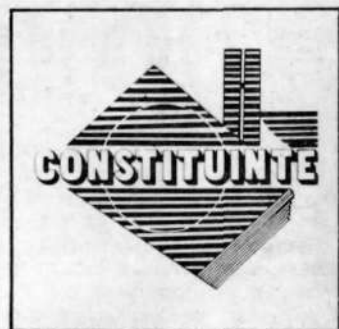
Finanças

Federalismo fiscal deve ser reforçado

Reforçar o conceito de federalismo fiscal, compensar os estados que efetivamente contribuem para a obtenção dos saldos positivos na balança comercial do país e acabar com a restrição na participação do Fundo de Participação dos Estados (FPE), ao Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estas foram algumas das sugestões das emendas apresentadas na reunião de ontem, no gabinete da liderança do PFL, no Senado Federal, e da qual participaram o senador Carlos Chiarelli, líder do partido no Senado, Francisco Dornelles, presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o deputado federal Arnaldo Prieto (PFL/RS) e uma comissão interpartidária formada pelos deputados estaduais gaúchos Mendes Ribeiro (PMDB), Eloy Zanela (PFL), Aloises Berlese (PDT) e Francisco Sérgio Terra (PDS).

No caso específico do Rio Grande do Sul, os parlamentares defendem a necessidade de redefinir o conceito de "produto industrializado" e compensar os estados que, efetivamente, contribuem para a obtenção dos indispensáveis saldos positivos na balança comercial do Brasil, mas que com isto, tem sofrido perdas na arrecadação do tributo relativo as operações com o exterior.



Chiarelli quer compensação para seu estado

FPE divide Sul e Nordeste

A destinação do Fundo de Participação dos Estados somente para o Nordeste já começa a gerar muita polêmica entre os constituintes. A proposta surgiu na Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e de Finanças e gerou descontentamento entre parlamentares do Sul e do Sudeste, que perderiam dinheiro com a alternativa proposta pelos parlamentares do Nordeste.

Segundo a proposta, o FPE seria destinado apenas aos estados do Nordeste e os do Sul e Sudeste seriam compensados com o aumento no IPI e no IR, de cinco para dez por cento, isso não agradou e a oposição à proposta já começa a aparecer.

Mas os deputados nordestinos estão dispostos a lutar até o final para assegurar essas conquistas. O deputado Benito Gama, PFL-BA, ressaltou ontem que o Nordeste ganharia o aumento no Fundo de Participação dos Estados, que passaria a ser repassado pelo bruto e não pelo líquido. Outro ganho, seria a participação dos estados no FPE, de 14% para 16% em 1988, e crescimento de 0,5% durante cinco anos.

"Alguns governadores como Pedro Simon, do Rio Grande do Sul e Pedro Ivo, de Santa Catarina, querem se articular com outros governadores para tentar derrubar essa conquista, mas se isso acontecer, as bancadas nordestinas votarão contra seus governantes", finalizou Benito.



Serra submeterá parecer preliminar 2ª feira

Deputado prevê uma maior arrecadação

A nova Constituição deverá possibilitar a melhoria da situação financeira dos estados e municípios, assegurou ontem o deputado Nion Albernaz (PMDB-GO), que vem acompanhando desde o início os trabalhos da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

O relator da comissão, deputado José Serra (PMDB-SP), deverá submeter, na próxima segunda-feira, parecer preliminar que reunirá as principais idéias levadas a plenário para debate. No que se refere ao sistema tributário, a maior parte dessas idéias, segundo Nion Albernaz, defende a descentralização de competência na tarefa de arrecadar impostos.

Caso sejam confirmadas essas idéias no documento do relator, alguns dos impostos mais importantes do país, como os que incidem sobre minerais, combustíveis e lubrificantes, eletrificação e energia elétrica passarão para as esferas dos estados e municípios, o que resultará na reversão de quadro que tornou caóticos os orçamentos administrados por governadores e prefeitos.

Hoje, lembra o deputado, quase todos os estados vêm enfrentando problemas para pagar funcionários, simplesmente porque não têm recursos exigidos pelo acionamento do gatilho salarial.

Todas as propostas apresentadas sobre temas econômicos têm como objetivo a redução das despesas públicas. Dentro dessa linha, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) apresentou emenda na Comissão da Ordem Econômica sugerindo que a criação de novas empresas públicas e sociedades de economia mista dependa de lei complementar. Segundo Dornelles, com a aprovação dessa proposta será possível evitar a aplicação da receita decorrente de impostos em finalidades eleitorais ou de apadrinhamentos.